

Econ.
Brasil

O País em tempo de suspense

20 ABR 1988

A Nação acha-se na expectativa. A cada semana anunciam-se novas medidas governamentais destinadas a combater o déficit público, mas são sempre adiadas para a semana seguinte. Esses constantes adiamentos são perniciosos, pois a inflação não cessa de corroer continuamente a economia nacional. No Exterior, a lamentável impressão que se tem é de que o Brasil ainda não se decidiu a consertar a situação que o está conduzindo para o abismo.

O ministro da Fazenda, após ter conseguido sustar por dois meses a URP dos funcionários públicos e dos empregados das empresas estatais, teve de comparecer à reunião do Comitê Interino do FMI e de levar boas notícias aos credores estrangeiros. Esperava-se que, durante sua ausência do País, seus assessores ultimassem o programa de ajustamento da economia, abrangendo um novo orçamento, mais realista, cortes drásticos nos gastos públicos e a formulação de uma verdadeira política monetária. Era necessário que o regresso do sr. Maílson da Nóbrega fosse marcado por

um impacto, mostrando que a primeira medida representaria realmente o início do processo ininterrupto de restauração da economia do Brasil. Não obstante, esse passo tão importante é mais uma vez protelado, para que o programa seja submetido a todos os ministros.

Compreende-se que toda decisão importante seja considerada e ponderada maduramente, para que, depois de tomada, não venha a ser objeto de questionamento, nem, menos ainda, revogada. Por outro lado, porém, a presteza é fundamental, pois, se sobrevier a hiperinflação que ameaça seriamente o País, a natureza das medidas a tomar terá de ser inteiramente diversa. Muitos se iludem com a idéia de que, enquanto subsistir o regime de correção monetária, nem a inflação nem a eventual hiperinflação serão, realmente, deletérias.

Os que observam a realidade de nossa economia sabem perfeitamente que quanto mais alta é a inflação tanto maior é o déficit. Por isso, cada adiamento da redução dos gastos públicos agrava a situação. Se for preciso discutir cada cor-

te de verbas com cada ministro, a discussão se prolongará por tempo indefinido e levará provavelmente à conclusão de que nenhuma despesa pode ser cortada. Compete ao presidente da República, enquanto permanecer no governo, arcar com as responsabilidades.

Os cortes orçamentários são urgentes, mas não menos urgente é a concepção de uma política monetária que permita ao Banco Central desempenhar sua função de órgão regulador dos fluxos monetários. Desde que assumiu suas funções, a equipe que hoje dirige o Banco Central se queixa de que não dispõe de instrumentos adequados para conduzir a política monetária, mas apenas de títulos que passam diariamente por um processo de rolagem em que o Banco Central não interfere, devendo porém, se for necessário, assumir todos os compromissos de liquidez. O Banco Central fez uma tímida tentativa de colocar OTNs no mercado sem o compromisso de prestar qualquer assistência a seus detentores. Essa tentativa foi bastante criticada por aumentar consideravelmente o custo

da dívida interna. As críticas eram, certamente, fundadas, mas até agora não se propôs nenhuma outra solução, o que dá a impressão de que o Tesouro se recusa a pagar o preço de um mecanismo capaz de conter realmente a liquidez. O governo necessita urgentemente de instrumentos adequados para enxugar a liquidez, que permite que as pressões inflacionárias atuem sem nenhum freio. Parece indispensável aumentar o custo do dinheiro, medida esta que, naturalmente, agrada a poucos.

O processo de desestatização é considerado por todos indispensável. O BNDES parece plenamente engajado, mas, nos demais setores, arrasta-se com uma lentidão que suscita dúvidas quanto à determinação de levá-lo, efetivamente, a cabo.

É necessário que, nas próximas semanas, sejam decretadas novas medidas, que possam mostrar aos olhos do Exterior que houve uma mudança radical no Brasil e que o novo ministro da Fazenda conseguiu, finalmente, segurar as rédeas da economia nacional.

ESTADO DE SAO PAULO